

1 **Ata da 47ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias, 30 de**
2 **novembro e 1 e 2 de dezembro de 2015 – Brasília-DF .**

3
4 No dia 2 de dezembro 2015, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade, deu-se início aos trabalhos da 47ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades - ConCidades mediante convocação de seus membros conforme o Regimento Interno deste Conselho.

7 **1.** O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Cláudio Trinchão, declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a mesa um integrante de cada segmento do Conselho. **2.** O Ministro Gilberto Kassab saudou a todos e abriu a palavra para o Conselheiro Leleco abordar sobre o desastre ambiental em Mariana ocorrido no dia 5 de novembro de 2015. O Conselheiro informou que no Estado de Minas Gerais existem 743 barragens de rejeito de minério ou outros componentes da mineração, sendo que dessas existem cerca de 48 com sérios riscos de rompimento. Falou da grande devastação que foi causada pelo rompimento da barragem de Fundão, com a morte de vários animais e da vegetação e solicitou uma ação efetiva por parte do Ministério das Cidades. Dessa forma, foi sugerido incluir um ponto de pauta sobre o desastre de Mariana. Realizou-se um minuto de silêncio em homenagem as vítimas dessa tragédia.

18 **3.** Foi lembrado o caso da Ocupação Lanceiros Negros e Ocupação de Sumaré e pediram ajuda do Ministério das Cidades solucionar esses casos. **4.** O Ministro informou que os recursos estão assegurados para cumprir a fase dois do PMCMV e que a fase três será iniciada com os movimentos urbanos e rurais. Informou que a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães, juntamente com os conselheiros irão consolidar os critérios para realizar a seleção dos projetos. **5.** A pauta da reunião foi aprovada com a inclusão de um ponto sobre o Desastre Ambiental em Mariana. **6.** A ata da 46ª Reunião foi aprovada sem alterações. **7.** A Cooperativa Habitacional Esperança recebeu o Prêmio Caixa Melhores Práticas 2015. Esse reconhecimento foi entregue a Conselheira Jurema da Silva Constâncio da União de Moradia Popular. **8.** Foi informado que a primeira reunião ordinária do Conselho das Cidades no ano de 2016 será realizada nos dias 6, 7 e 8 de abril de 2016. **LANÇAMENTO DO CADERNO**

30 **TÉCNICO DE PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO**
31 **COMPULSÓRIA E IPTU PROGRESSIVO:** **1.** O Secretário Nacional de Programas Urbanos - SNAPU, Luis Ramos, informou que o caderno é fruto de uma parceria com o Programa CAPACIDADES. O trabalho foi coordenado pela equipe técnica da SNAPU e desenvolvido em parceria com a equipe da Universidade Federal do Grande ABC. É um instrumento que visa auxiliar que os municípios possam implementar os instrumentos do Estatuto da Cidade para se alcançar o cumprimento da Função Social da Propriedade. **ANDAMENTO DAS RESOLUÇÕES:** **1.** O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades apresentou a informe sobre as resoluções aprovadas na 46ª Reunião. **2.** A Resolução Recomendada nº 181, de 18 de setembro de 2015 que “Recomenda, ao Ministério das Cidades, que encaminhe, à Presidência da República, o Relatório Preliminar do Brasil para a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III)”, foi publicada. **3.** A Resolução Recomendada nº 186, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda, aos Conselhos Municipais e Estaduais das Cidades, que acompanhem os investimentos contratados no âmbito do Ministério das Cidades, na área de Saneamento Básico, e que remetam relato ao Conselho das Cidades”, foi publicada. **4.** A Resolução Recomendada nº 182, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda ao Ministério das Cidades a criação de modalidade específica de atendimento habitacional por meio de melhorias habitacionais, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, voltada às famílias de baixa renda moradoras em assentamentos precários”, está em análise. **5.** A Resolução Recomendada

51 n° 183, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda ao Governo do Estado do Pará a
52 adoção das medidas necessárias para a retomada do funcionamento do Conselho
53 Estadual das Cidades do Pará”, foi encaminhada para o Diário Oficial. **6.** A Resolução
54 Recomendada n° 184, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda ao Ministério das
55 Cidades a elaboração de Medida Provisória ou Projeto de Lei alterando o artigo 3° § 6°
56 da Lei n° 8.693/1993 e revogação do Artigo 104 e o parágrafo único da Lei n.º
57 10.233/2001, ampliando a atuação da CBTU e da TRENURB”, está em análise. **7.** A
58 Resolução Recomendada N° 185, de 17 de setembro de 2015 que “Recomenda ao
59 Ministério das Cidades, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao
60 Ministério da Fazenda que garantam recursos e investimentos permanentes para
61 planejamento, manutenção, operação e expansão de sistemas urbanos operados pela
62 CBTU e Transurb”, está em análise. **TEMA DE CONJUNTURA:** O palestrante
63 Gesner Oliveira da GO Associados apresentou uma palestra sobre o momento
64 econômico e as repercussões nos programas de investimento/desenvolvimento urbano
65 para o biênio 2016/2017. Inicialmente mostrou o panorama da crise atual, abordou os
66 impactos da crise sobre o setor da infraestrutura e logo após apresentou propostas para
67 sair da recessão e superar a crise. **LANÇAMENTO DA CONFERÊNCIA: 1.** Foi
68 iniciada a cerimônia de Lançamento da 6ª Conferência Nacional das Cidades – 6ª CNC.
69 Foram convidados a compor a Mesa o Ministro de Estado das Cidades Gilberto Kassab,
70 o Secretário Executivo do Ministério das Cidades Elton Santa Fé, o Secretário
71 Executivo do Conselho das Cidades Claudio Trinchão, o Secretário de Habitação do
72 Estado de São Paulo Rodrigo Garcia, o Deputado Júlio Lopes, o Conselheiro Guilherme
73 Carpintero e a Conselheira Paula Ravanelli. **2.** Trinchão discorreu sobre a escolha do
74 tema da 6ª Conferência das Cidades que é a “Função Social da Cidade e da
75 Propriedade” que tem a importância de refletir sobre a cidade como um bem coletivo. E
76 a escolha do lema Cidades inclusivas, participativas e socialmente justas, que tem a
77 importância de refletir sobre a desigualdade presente nas cidades e sobre o desafio de
78 minimizar as diferenças de acesso a bens e serviços. Informou que essa Conferência
79 será um espaço onde a sociedade poderá expressar sua força e participação. **3.** O
80 Conselheiro Guilherme Carpintero fez uma reflexão sobre as Conferências anteriores e
81 abordou que existe um acúmulo de propostas e diretrizes que precisam continuar
82 avançando. Em conferências anteriores foi aprovado que a mobilidade, saneamento e
83 habitação devem ser integrados na política do território, devem ser trabalhados em
84 conjunto e nos três níveis de governo. Essa proposta aconteceria por meio do Sistema
85 Nacional de Desenvolvimento Urbano. Abordou a importância do tema da 6ª
86 Conferência, dado que, para a busca de uma cidade mais justa, democrática,
87 participativa, a propriedade não pode ser absoluta e o bem coletivo deve estar acima do
88 individual. **4.** O Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado
89 Federal Julio Lopes, sugeriu estabelecer alguma correlação da 6ª Conferência das
90 Cidades com o evento do Fórum Mundial da Água que acontecerá em 2018. Abordou
91 que essa Conferência das Cidades poderia se mobilizar sobre o tema desse evento que é
92 tão importante para o Brasil quanto para o Mundo. **5.** O Ministro Gilberto Kassab
93 saudou todos os presentes e discorreu sobre a importância da integração do Poder
94 Executivo, Poder Legislativo e Movimentos Sociais. Para coroar o evento o Ministro
95 das Cidades assinou a Portaria Interministerial n° 610 que cria o grupo de trabalho
96 intersetorial para analisar a proposta de lei que institui a política, o sistema e o Fundo
97 Nacional de Desenvolvimento Urbano, o GTI SNDU. O Ministro falou que a habitação
98 é uma das questões mais importantes para o desenvolvimento brasileiro em relação à
99 qualidade de vida do povo. Declarou iniciados os trabalhos oficiais da 6ª Conferência
100 Nacional das Cidades com o apoio do Governo e do Ministério das Cidades. **APÓS A**

101 **CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA 6ª CNC** os conselheiros começaram a
102 discussão sobre o desastre ambiental de Mariana/MG ocorrido no dia cinco de
103 novembro de 2015. O Conselheiro Leleco apresentou informações e imagens desse
104 desastre. Informou que será elaborada uma moção sobre essa questão. O Conselheiro
105 Landa propôs criar uma comissão entre Ministério das Cidades, Meio Ambiente,
106 Planejamento, Governo do Estado, Ministério Público Federal e Estadual para discutir o
107 caso de Mariana e região. Foi colocada em votação e aprovada uma Comissão de
108 Trabalho para acompanhar, observar e recolher dados sobre o desastre ocorrido nos
109 Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, pelo rompimento da barragem em Bento
110 Rodrigues. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE HABITAÇÃO: 1.** Foram
111 apresentados dois pontos extras na pauta, um referente ao caso do Desastre Ambiental
112 em Mariana e outro em relação ao empreendimento do PMCMV em João Molenvade.
113 Foi solicitada a abertura de duas resoluções em relação a esses dois pontos. **2.** Foi
114 realizada apresentação das modelagens dos documentos produzidos pela Secretaria
115 Nacional de Habitação para facilitar a aplicação da norma nº 15.575 sobre a
116 qualificação de desempenho para as edificações habitacionais. Por meio do site
117 www.cidades.gov.br pode ser acessado o catálogo sobre o Desempenho do Programa de
118 Habitação de Interesse Social. Foi apresentado o avanço relacionado à matriz
119 responsabilidades. Foi solicitado pelos conselheiros o fornecimento da listagem completa
120 de todos os municípios que são obrigados ou que atenderiam as condições mínimas para
121 o desenvolvimento de matriz responsabilidades. **3.** Em seguida passou-se para
122 apresentação do balanço do PAC/UAP – Programa de Aceleração do Crescimento –
123 Urbanização de Assentamentos Precários. Foi apresentada a proposição de modelagem
124 para certificação das propostas a serem habilitadas na fase três do Minha Casa Minha
125 Vida. Foi apresentada uma proposição de sistema de cadastro de demanda, seleção de
126 beneficiários e unificação de benefícios habitacionais. **4.** Foram sugeridos para a
127 próxima pauta os seguintes pontos: Evolução do MCMV 3; informes sobre a força
128 tarefa da CAIXA e a própria posição do SNIS; balanço dos Grupos de Trabalho de uma
129 forma mais sistematizada; inclusão de pauta do andamento dos protótipos realizados
130 para o Rio de Janeiro e Laura de Freitas relacionado a questão de eficiência energética e
131 modelo de implantação de alternativas e a continuidade das discussões relativas ao
132 sistema de cadastro de demanda. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE**
133 **PLANEJAMENTO: 1.** Foi realizada uma apresentação sobre regiões metropolitanas
134 sobre os seguintes pontos: a metodologia do plano de desenvolvimento urbano
135 integrado; a relação entre planos setoriais, plano diretor e plano de desenvolvimento
136 urbano integrado em regiões metropolitanas; o fortalecimento do plano de
137 desenvolvimento urbano integrado como instrumento de gestão; como se daria o
138 financiamento da política metropolitana tendo em vista o veto ao Fundo de
139 desenvolvimento na Lei de Estatuto da Metrôpole. Como se daria a participação dos
140 Conselhos no Conselho Metropolitano. **2.** Foi realizada uma apresentação resumida do
141 conteúdo do Caderno Técnico de Parcelamento e Edificação e Utilização Compulsória
142 IPTU Progressivo. **3.** Foi realizada uma apresentação sobre o andamento do Trabalho
143 Estruturação e Debate, discussão do PLANURB no âmbito da SNAPU. Foi apresentada
144 uma proposta de estratégia para a elaboração do PLANURB. **4.** Outro ponto de pauta
145 foi o PL4288 Direito de preempção que altera o artigo 26 do Estatuto. **5.** Foi solicitado
146 um informe ao Comitê sobre todos os projetos de lei que tramitam no Congresso
147 Nacional para alteração do Estatuto da Cidade. A Secretaria preparou essa listagem e
148 entregou ao Comitê para conhecimento. **6.** Outro informe foi sobre o caso de Bom Jesus
149 de Goiás e o debate sobre a legitimidade dos Municípios exigirem como contrapartida o
150 interesse social. **RELATO DO COMITÊ TÉCNICO DE MOBILIDADE. 1.** Foi

151 relatada a ausência do DENATRAN. **2.** O Secretário relatou a situação financeira da
152 Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana - SEMOB. **3.** Foi informada
153 que na próxima reunião já devem estar aprovando a Resolução dos Conteúdos Mínimos
154 para os planos de mobilidade. **4.** O Comitê tem a preocupação do fortalecimento das
155 empresas CBTU/Trensurb e a preocupação da estadualização/privatização das
156 empresas. **5.** Foi sugerido que a SEMOB apresente uma proposta de Seminário para
157 discutir as gratuidades, o financiamento do transporte público e outras fontes de
158 financiamento. A ideia é realizar um seminário nacional com apresentação de
159 experiências. **6.** Foi apontada a necessidade de o Conselho debater uma proposta de PL
160 que tarife o estacionamento em vias onde passam o transporte coletivo. **RELATO DO**
161 **COMITÊ TÉCNICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL.** **1.** Foi apresentada a
162 análise do Relatório do primeiro ano do Plano Nacional de Saneamento Básico -
163 PLANSAB. Foi encaminhada a Resolução que referenda a aprovação do Relatório
164 Anual de Avaliação do PLANSAB de 2014. Logo o Relatório será disponibilizado na
165 Internet. **2.** No período da tarde discutiram os planos municipais e mostraram todo o
166 esforço que a Secretaria tem feito. **3.** As Resoluções 147 e 157 do Concidades e a
167 Portaria nº 280 foram debatidas em bloco. **4.** Foi apresentado o PAC Saneamento –
168 Funasa e mostraram dificuldades em relação ao orçamento previsto para o ano de 2016
169 que é em torno de 70 milhões de reais. **5.** Foi sugerida a criação de um Grupo de
170 Trabalho para acompanhar as questões legislativas de relevância que englobem as
171 quatro Secretarias finalísticas. Foi informado que essa questão seria passada à
172 Coordenação Executiva. **RESOLUÇÕES.** **1.** Foi aprovada a resolução recomendada
173 que referenda a aprovação do Relatório Anual de Avaliação do Plano Nacional de
174 Saneamento Básico (PLANSAB) de 2014. **2.** Foi aprovada a alteração na Resolução
175 Recomendada nº 147 de 06 de junho de 2013 que recomenda que sejam definidos
176 procedimentos e instrumentos para assegurar o controle social e a participação pública
177 na fase de elaboração e de gestão dos contratos de parceria público-privada que serão
178 executados com recursos do Governo Federal. **3.** Foi aprovada a resolução
179 administrativa que recomenda a constituição de comissão de trabalho para acompanhar,
180 observar e recolher dados sobre o desastre ocorrido nos Estados de Minas Gerais e
181 Espírito Santo, pelo rompimento da barragem em Bento Rodrigues. **4.** Foi aprovada a
182 resolução normativa que aprova as alterações no Regimento da 6ª Conferência Nacional
183 das Cidades. **MOÇÕES.** **1.** Foi aprovada a moção de solidariedade às famílias da
184 comunidade Cidades das Luzes, Zona Oeste na cidade de Manaus - AM. **2.** Foi
185 aprovada a moção de apoio às famílias das ocupações na área de Izidora, Minas Gerais.
186 **3.** Foi aprovada a moção de apoio aos moradores da Ocupação dos Lanceiros Negros,
187 localizada no centro da cidade de Porto Alegre. **4.** Foi aprovada a moção de apoio a
188 importante decisão do Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, Dr. Roberto
189 Wanderley Nogueira que anulou a compra da área do Cais José Estelita. **5.** Foi aprovada
190 a moção de apoio à Resolução nº 07 de 13 de novembro de 2015 do Conselho Nacional
191 de Direitos Humanos. **6.** Foi aprovada a moção em defesa da democracia e contra o
192 golpe. **7.** Foi aprovada a moção de apoio à Criação do Comitê de Mediação de Conflitos
193 do Estado do Amazonas. **8.** Foi aprovada a moção de apoio ao MM. Juiz da 3ª Vara da
194 Justiça Federal do Estado de Sergipe Dr. Edson da Silva Pimenta que anulou a
195 reintegração de posse determinada pela justiça estadual do estado de Sergipe às mais de
196 mil famílias ligadas à Central de Movimentos Populares-SE e União Nacional por
197 Moradia Popular-SE que ora ocupam uma área da União denominada Jatobá na cidade
198 de Aracaju – SE. **9.** Foi aprovada a moção de repúdio ao caso ocorrido em João
199 Monlevade. **DELIBERAÇÕES SOBRE A 6ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS**
200 **CIDADES.** **1.** Após um amplo debate em Plenário e de realizado os destaques (adições e

201 supressões), o texto base foi aprovado. **2.** Foi aprovada a marca da 6ª CNC. **3.** Foi
202 aprovada a metodologia dos trabalhos da 6ª CNC. **HABITAT III: 1.** O Conselho
203 continuará trabalhando na elaboração de um texto para a Conferência HABITAT-III.
204 Em fevereiro ou março de 2016 será organizado um seminário preparatório para a
205 Habitat III. **ENCAMINHAMENTOS: 1.** Foi solicitado que a moção de apoio aos
206 moradores da Ocupação dos Lanceiros Negros, localizada no centro da cidade de Porto
207 Alegre fosse remetida ao Governo do Rio Grande do Sul. **2.** Encaminhar a moção de
208 apoio a importante decisão do Juiz da 1ª Vara da Justiça Federal de Pernambuco, Dr.
209 Roberto Wanderley Nogueira que anulou a compra da área do Cais José Estelita, as
210 autoridades referidas nela. **ENCERRAMENTO.** O Secretário-Executivo do Conselho
211 das Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e deu por
212 encerrada a Reunião.